



VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
MINISTÉRIO DO PLANO
E DO ORDENAMENTO
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



Vice-Primeiro-Ministro
e
Ministro do Plano e Ordenamento

**DISCURSO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
E
MINISTRO DO PLANO E ORDENAMENTO
ENG.º JOSÉ MARIA DOS REIS**

INTERVENÇÃO NO DEBATE NO PARLAMENTO NACIONAL
PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO 13º ESTADO DE EMERGÊNCIA

DILI 28 de abril de 2021

Parlamento Nacional 9h00



VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
MINISTÉRIO DO PLANO
E DO ORDENAMENTO
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



Vice-Primeiro-Ministro
e
Ministro do Plano e Ordenamento

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional;

Suas Excelências, Vice-Presidentes, Secretária e Vice-Secretários do Parlamento Nacional;

Suas Excelências, Distintos Deputados,

Excelências, Caros Colegas, Membros do VIII Governo Constitucional;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Amado Povo de Timor-Leste,

No dia 02 de maio de 2021, pelas 23H59, terminará o 12º. Estado de Emergência, o qual ficará conhecido na nossa história recente como um mês de Calamidade, período em que assistimos a um dos maiores desastres naturais registado no nosso país nos últimos cinquenta anos.

A passagem do Ciclone Tropical Seroja, cujo extremo se registou no dia 04 de abril de 2021, deixa marcas profundas provocando dezenas de baixas mortais, milhares de desalojados e uma lista de prejuízos avultados em infraestruturas privadas e públicas essenciais.

Esta calamidade que se abateu sobre o nosso país, ultrapassou todas as previsões e expectativas e agravou consideravelmente a situação epidemiológica registada no nosso país, no combate à pandemia da COVID-19.

Durante quase 12 meses consecutivos, o Governo tem envidado todos os esforços, de forma a evitar o registo de baixas mortais causados por esta doença mortal, em virtude da nossa condição insular e da origem importada do vírus SARS-CoV-2.

Contudo, estas previsões otimistas foram se dissipando ao longo dos últimos quatro meses do ano de 2021, com uma propagação descontrolada da doença na província vizinha de Timor



VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
MINISTÉRIO DO PLANO
E DO ORDENAMENTO
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



Vice-Primeiro-Ministro
e
Ministro do Plano e Ordenamento

Ocidental, com a qual partilhamos fronteiras terrestres e marítimas, e onde muitos Timorenses possuem laços históricos e familiares.

Apesar de termos reforçado o controlo fronteiriço com mais meios e melhor vigilância, não foi possível conter a entrada irregular de cidadãos nacionais, os quais ultrapassando a medida de encerramento de fronteiras, acabaram fugindo ao controlo sanitário e à exigência de quarentena, colocando sob pressão o nosso sistema de segurança e em risco a saúde pública das nossas comunidades.

Tais riscos agravaram-se nas últimas quatro semanas, com o aparecimento de novos surtos da doença e a necessidade de imposição de cercas sanitárias em diferentes municípios do país, com o objetivo de conter o alastramento nível de transmissão local.

Novos surtos que se agudizaram consideravelmente a partir do dia 04 de abril, momento em que de Díli e outros Municípios do país foram atingidos com chuvas torrenciais e ventos muito fortes, causando inundações, deslizamentos de terra e destruição de equipamentos, edifícios, pontes e estradas, importantes recursos para as nossas atividades económicas e para o nosso abastecimento de produtos essenciais.

Confrontados com a árdua tarefa de estabelecer um equilíbrio entre as medidas de contenção e combate à COVID-19, com as medidas necessárias de resposta à nova crise humanitária, não hesitamos em suspender o confinamento de modo a permitir as operações urgentes de emergência, para assistir as vítimas, realizar as buscas ou salvamentos e iniciar um longo processo de recuperação e de reconstrução, que já iniciámos.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,

Distintos Deputados e Deputadas,

É neste cenário que propusemos a S. Exa. o Presidente da República a Renovação do 13º. Estado de Emergência, o qual gostaria que fosse acompanhado neste debate parlamentar com de palavras de esperança no futuro e na reconstrução.



VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
MINISTÉRIO DO PLANO
E DO ORDENAMENTO
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



Vice-Primeiro-Ministro
e
Ministro do Plano e Ordenamento

Palavras de conforto para todos aqueles que perderam os seus entes queridos, as suas casas, as suas vidas, e dizer-lhes publicamente que não estão sozinhos.

Palavras de encorajamento para todos aqueles que sofrem com os efeitos da COVID-19 ou que perderam seus empregos e suas fontes de rendimento em virtude dos desastres naturais que assolaram o nosso país.

Recentemente, o Parlamento Nacional demonstrou mais uma vez a sua confiança no Governo ao aprovar um Orçamento Geral do Estado Retificativo para o corrente ano de 2021, alocando as verbas preciosas e necessárias para iniciar o plano de reconstrução do país e um pacote de medidas económicas e sociais que irão reforçar a capacidade de ação do governo a nível económico e social.

Aproveito esta oportunidade para, mais uma vez, apelar à união de todos, à união dos cidadãos, de todas forças políticas, das empresas, das organizações não governamentais, dos parceiros internacionais e das diferentes entidades que atuam a nível público e privado, em torno do objetivo comum de: **“Lutar contra a COVID-19 e Reconstruir o País”**.

Um objetivo que não se deve limitar aos funcionários e trabalhadores da Linha-da-frente, a quem aproveito, uma vez mais, para declarar o meu público louvor e homenagem. A todos os profissionais de saúde, aos polícias, aos militares, aos bombeiros e agentes da sociedade civil, mas também a todos aqueles que prestam serviços essenciais de eletricidade, de água e saneamento, de obras públicas, de transporte, de comunicações, serviços comerciais, financeiros ou de abastecimento de bens essenciais, gostaria de transmitir a profunda gratidão de todo o Governo e de todos os Timorenses!

Mais do que nunca, é momento, para juntos, de forma solidária e inclusiva, sem deixar ninguém para trás, cumprir o dever de cidadania, de ajudar a quem mais precisa, os mais carenciados, vulneráveis e desfavorecidos, em especial, às vítimas e aos milhares de desalojados reunidos em centros de acolhimento e que necessitam do nosso apoio para recomeçar suas vidas.



VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
MINISTÉRIO DO PLANO
E DO ORDENAMENTO
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



Vice-Primeiro-Ministro
e
Ministro do Plano e Ordenamento

Um importante momento, em que assinalamos a primeira fase de implementação do **Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19**, facultando o acesso às primeiras 24,000 doses de vacinas, de um pacote fornecido pelo Sistema COVAX, organizado pela Organização Mundial da Saúde, em colaboração com a UNICEF.

Temos noção que, em termos mundiais, iniciamos o programa de vacinação mais tarde, a par com outros países da nossa região, que iniciaram o seu plano de vacinação pouco antes de Timor-Leste, tal como a Tailândia, Filipinas, Japão e Coreia do Sul iniciaram os seus planos de vacinação, apenas no passado mês de fevereiro, e todos têm progredido lentamente.

Os maiores resultados, até ao momento, na região são as micro penínsulas como Seychelles, Maldivas e Singapura.

Timor-Leste, neste momento, já atingiu cerca de 93,3% de utilização das doses recebidas. Reconhecemos que houve certos atrasos nas primeiras semanas de implementação do programa, tendo inicialmente sido executada abaixo do número semanal previsto (2500 pessoas por semana), mas felizmente, conseguiu-se superar esse atraso, onde foi possível acelerar a administração das vacinas, nas últimas duas semanas. Com estas doses iniciais, quase 2% da população terá recebido a primeira dose da vacina.

Atualmente, estamos em processo de aquisição de mais vacinas para continuarmos a implementar o programa de vacinação nacional, e esta aquisição não será apenas feita em parceria com o Sistema COVAX, mas também serão adquiridas na Austrália e na República Popular da China, cujos Governos prontamente responderam aos nossos pedidos de apoio.

Estamos muito agradecidos pela solidariedade internacional numa altura em que se assiste a um aumento, ao nível mundial, da procura das vacinas e se tem constatado a sua escassez, face à pressão exercida pelos países mais desenvolvidos junto das indústrias farmacêuticas produtoras das vacinas

Apesar dos constrangimentos, conseguimos garantir fornecimentos regulares, garantidas com as verbas injetadas no Fundo COVID, recentemente aprovadas por este Parlamento Nacional e que,



VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
MINISTÉRIO DO PLANO
E DO ORDENAMENTO
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



Vice-Primeiro-Ministro
e
Ministro do Plano e Ordenamento

certamente, irão possibilitar receber ou adquirir o número de vacinas suficientes para imunizar a maioria da nossa população até ao final do ano de 2021.

O governo, através das entidades responsáveis pelo programa de vacinação, continuará a trabalhar arduamente para alcançar o grande objetivo de todos: a vacinação coletiva, cuja pretensão será vacinar, pelo menos, 80% da população até ao final de 2021.

No entanto, enquanto trabalhamos para atingir este objetivo, não podemos nem devemos ignorar os desafios e dificuldades que enfrentamos atualmente.

É com grande tristeza e profundo pesar que registamos também, durante o mês de abril, as primeiras três vítimas mortais que, sendo portadoras do vírus SARS-CoV-2, não resistiram aos severos efeitos que esta doença causa no corpo humano, agravando outras patologias e causando potencialmente a morte.

Temos também registado nas últimas duas semanas um aumento drástico de casos positivos e, de acordo com os relatórios do Centro Integrado de Gestão de Crises, existe uma prevalência atual de 7.1% de casos, com maior foco na Capital Dili que, nos últimos dias, passou oficialmente a ser considerados como casos de Transmissão Comunitária, com uma possibilidade de cerca de 20 mil pessoas infetadas em Dili (dos quais apenas pouco mais de 1600 foram identificados até hoje).

A situação atual em relação a esta pandemia é alarmante, e o Governo só pode garantir que todos esforços continuaram a ser feitos para se tentar travar uma maior propagação, e, obviamente, tentar evitar mais baixas mortais, utilizando os instrumentos e as medidas que temos ao nosso dispor.

O governo continuará a avaliar continuamente o desenvolvimento da situação no país, de forma a decidir e implementar o que for necessário, em cada fase desta luta que todos enfrentamos contra a Covid-19.



VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
MINISTÉRIO DO PLANO
E DO ORDENAMENTO
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



Vice-Primeiro-Ministro
e
Ministro do Plano e Ordenamento

Encaramos o presente e o futuro, com renovada esperança e energia, apoiados nos instrumentos que podem efetivamente conter a propagação da doença e evitar o surgimento de casos graves e potencialmente mortais em Timor-Leste.

Continuaremos a lutar, juntamente com todos cidadãos, de forma a permitir que possamos planear, para um breve futuro, um regresso, faseada, a uma nova normalidade , num novo período Pós-COVID-19, de progresso e prosperidade.

Um **período de Renovação**, com novas medidas de mitigação dos efeitos económicos e sociais negativos, registados nos últimos meses.

Um **período de Recuperação**, com medidas a pensar nos trabalhadores independentes e assalariados, nos desempregados, nos empresários e nos postos de trabalho essenciais para o desenvolvimento dos diferentes setores produtivos.

Um **período de Reconstrução**, que compreendendo os riscos e os efeitos das mudanças climáticas que afetam o nosso país, possa aproveitar a oportunidade para implementar mudanças estruturais efetivas e eficazes para o bom ordenamento e planeamento do nosso território.

Medidas que apostando nas pessoas, no seu realojamento em habitações condignas, construídas em locais seguros, possam ser combinadas com melhores serviços públicos essenciais de saúde, educação e acesso a eletricidade, água, saneamento e segurança social.

Medidas que valorizando a educação, a formação e a informação das pessoas, possam contribuir cada vez mais para a capacitação e habilitação de cidadãos mais resilientes e preparados para enfrentar crises, calamidades e emergências, presentes e futuras.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,

Distintas Deputadas e Deputados,



VICE-PRIMEIRO-MINISTRO
MINISTÉRIO DO PLANO
E DO ORDENAMENTO
VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL



Vice-Primeiro-Ministro
e
Ministro do Plano e Ordenamento

Tendo em conta o que acabo de expor, e as exigências a nível nacional e internacional, numa altura em que enfrentamos no país uma onda forte de Covid-19, e que se pode tornar ainda mais devastadora, que apelo a que o Parlamento Nacional autorize S. Excelência o Presidente da República a decretar a Renovação do Estado de Emergência.

Efetuamos uma vez mais este pedido após ponderação dos riscos e avaliação dos objetivos que visamos atingir que continuam a ser o imperativo dever do Governo e do Estado de salvar vidas, mantendo seguras as nossas famílias e comunidades.

Não é momento de relaxar a nossa determinação, nem de aliviar a nossa convicção, mas sim de reforçar a nossa união em torno deste inimigo comum a COVID-19, que pode e deve ser vencido em conjunto de forma integrada e coletiva.

Apelo a todos aqui presentes no Parlamento Nacional, e a todos que acompanham este debate, para que cada um de nós continue a contribuir, para juntos vencermos esta batalha.

Apelo a todos que continuemos a colaborar através de ações individuais e coletivas, através do uso de máscaras, distanciamento social, higienização das mãos, e evitando aglomeração.

Como Estado, especialmente o Governo, devemos e vamos investir em mais socialização e disseminação de informação, para que todos possam continuar a reconhecer a importância das medidas implementadas, incluindo sobre uso de máscara, de distanciamento social, de lavagem frequente de mãos, de teste e quarentena dos casos suspeitos, de isolamento dos casos positivos, e de vacina para imunização do país!

Devemos também renovar a confiança na nossa linha da frente, providenciando mais uma vez o espaço e os instrumentos necessários, através de medidas restritivas necessárias e equipamentos, para que eles possam continuar a trabalhar e a lutar de forma ainda mais eficaz nesta árdua luta.

Pois ninguém estará a salvo, enquanto todos não estivermos a salvo, sendo esta afirmação válida, quer para os centros urbanos, quer para as zonas mais remotas do País!

Muito Obrigado.